

Hora de democratizar a eleição de Reitor(a)!

*Votação democrática que a Adusp promoverá em 14 e 15/10
lança as bases para construir um novo modelo*

Aproxima-se o momento de a USP conhecer seu novo Reitor ou sua nova Reitora. Esperamos que seja esta a última vez que a escolha se dê por meio do processo vigente, neurótico, anacrônico e autoritário. O primeiro turno não tem sentido e o colégio eleitoral do segundo turno não é o mesmo do primeiro: de fato, no primeiro turno devem ser selecionados oito candidatos entre todos os postulantes ao cargo máximo da Universidade — e somente agora, decorridos vinte anos da engenhosa criação, haveria a possibilidade de excluir um dos postulantes, não houvesse entre eles um não reconhecido pelo sistema.

De cada seis votantes do primeiro turno, cinco são excluídos do segundo turno, cujo colegiado se elitiza com predomínio esmagador dos professores titulares, concentrados no círculo de poder da universidade. Nos três escrutínios do segundo turno prevalecem negociações não transparentes, visando a divisão de espaços e poder na futura gestão. Nas eleições diretas, quando nenhum candidato consegue maioria no primeiro turno, os dois mais bem votados são submetidos a um novo escrutínio, com o mesmo conjunto de eleitores. Na USP, um candidato bem votado no primeiro turno pode ser afastado da famigerada lista tríplex do segundo tur-

no, sendo substituído por um coadjuvante da primeira lista. E, finalmente, um golpe de mestre na autonomia constitucional: a lista tríplex é encaminhada para o único eleitor do terceiro turno, o governador do Estado!

São essas as pérolas propiciadas pelo Estatuto vigente. Muitos dos que hoje se manifestam favoráveis a uma demo-

estrutura de poder e dos processos de escolha para cargos executivos.

Como já se fez em outras ocasiões, a Adusp, por deliberação de sua Assembléia, está organizando uma votação democrática para Reitor e se empenhou, junto às entidades de estudantes e funcionários, para que a votação democrática tivesse a

PM no campus

O movimento grevista do primeiro semestre e a desastrosa presença da Polícia Militar no campus expuseram, de maneira clara por meio da mídia, a fragilidade do preceito da democracia na USP e a falta de liderança e de capacidade de negociação que pode caracterizar uma gestão escolhida sem a participação da co-

um primeiro debate, no qual foram discutidos temas como Ensino, Pesquisa e Extensão, Carreira, Terceirização, Educação à Distância. Estiveram presentes cinco dos nove candidatos (**vide matéria sobre o debate nas páginas 2 e 3**). Uma edição especial do *Informativo Adusp* já está circulando, com as respostas dos candidatos a um conjunto de oito questões formuladas pela entidade, com a contribuição de vários colegas.

Um segundo debate, envolvendo questões como Estatuinte, Estrutura de Poder, Financiamento, Política Salarial e Relação com as Entidades Representativas, será realizado no dia 13/10 e terá transmissão para o campus de Ribeirão Preto. Para este debate, já estão confirmadas as presenças de seis dos nove candidatos.

Esperamos que os docentes examinem as posições dos candidatos, lendo o *Informativo Adusp* 293, visitando nossa página (www.adusp.org.br) para conhecer as posições dos candidatos manifestas no debate do dia 24/9; e que compareçam ao segundo debate no dia 13/10. Façam depois sua escolha e participem da eleição democrática nos dias 14 e 15 de outubro. Acreditamos que um significativo comparecimento às urnas sinalizará não somente o que os docentes esperam da nova gestão, mas também reforçará a luta pela democratização da nossa Universidade.



VOTE!

cratização do processo jamais contestaram publicamente esse Estatuto; outros ficarão satisfeitos se for mantido, no segundo turno, o colégio eleitoral do primeiro que, aliás, não atende sequer os dispositivos previstos na Lei de Diretrizes e Bases, em cujo texto está regulamentada a gestão democrática constitucional das escolas públicas. A USP requer uma alteração radical de sua

participação de toda a comunidade da USP. Apenas a assembléia dos estudantes de pós-graduação decidiu por participar da votação democrática. As decisões das assembléias do DCE e do Sintusp indicaram outro caminho. Respeitamos os argumentos apresentados, mas seguimos firmes para lançar raízes para uma alteração radical do processo vigente.

munidade. Precisamos aproveitar o momento e lançar as bases para construir um novo modelo; não nos esqueçamos de que na Unesp e na Unicamp o processo de escolha do Reitor envolve a participação ampla da comunidade.

Para preparar a eleição democrática, a Adusp tem procurado divulgar os programas dos diversos candidatos. No dia 24/9, a Adusp realizou

1º debate da Adusp destaca terceirização e acesso

Daniel Garcia

Ampliação do acesso à universidade pública, terceirização e ensino à distância foram alguns dos temas discutidos no primeiro debate entre candidatos a reitor(a) promovido pela Adusp. O evento, realizado em 24/9 no Instituto Oceanográfico (IO), contou com a participação dos professores Armando Corbani (IF), Francisco Miraglia (IME), Glaucius Oliva (IFSC), Sylvio Sawaya (FAU) e Sonia Penin (FE). Todos responderam inicialmente à pergunta “Por que você é candidato(a) a reitor(a)?”, e depois a questões ora do plenário, ora da mesa.

Sonia Penin justificou sua candidatura afirmando que “ao longo do tempo na universidade vamos assumindo vários lugares de gestão” e “neles temos a oportunidade de criar espaços cada vez mais democráticos”. Democratização e excelência de gestão, definiu ela, são os objetivos do grupo do qual emergiu sua candidatura.

Corbani, por sua vez, afirmou que sua atuação junto ao Conselho de Pós-Graduação permitiu-lhe “um olhar muito mais significativo para todas as unidades e não apenas para a unidade de origem”. O ponto fundamental que o levou a candidatar-se foi a possibilidade de ajudar a promover “um convívio mais harmônico”, disse, “tanto no ambiente interno como nas relações externas da universidade”.

Ao indicar a necessidade de planejamento como mote central de sua candidatura, Oliva lembrou a trajetória da Comissão de Planejamento da USP, que elaborou um plano de metas para os próximos 25 anos, a partir de consultas e discussões realizadas ao longo de dois anos. Seu programa foi construído a partir dessa experiência:



Aspecto do debate realizado no IO, entre os professores Sawaya, Miraglia, Oliva, S. Penin e Corbani

“Não tem uma tradição de usar planejamento como ferramenta de gestão; basicamente o que existe na universidade são as diretrizes de gestão reitoral do reitor de plantão”, comentou.

“A estrutura da universidade precisa ser drasticamente democratizada”, afirmou Miraglia, para quem sua candidatura representa um coletivo de docentes da USP “que tem desejo de transformá-la”. O modelo de universidade que se almeja, explicou, parte de pressupostos como autonomia em relação a Estado e governo, a liberdade de pensamento e a manutenção do caráter público de suas atividades.

Sawaya lembrou sua trajetória como estudante na FAU, onde “aprendeu a ter percepção do processo político”, citou como ponto impor-

ante de sua carreira como docente a participação no processo de criação da USP Leste e afirmou que “é hora de fazer política nessa universidade e mudá-la”.

Em sua fala, ele dirigiu uma provocação a Oliva: “O debate entre candidatos é que vai mostrar as posições, mas ele [também] é muito rico para preparar o candidato para ser reitor. E isso está sendo muito interessante, a transição de propostas. O Glaucius reconheceu outro dia que eu criei a idéia de um sistema de comunicação digital, e ele ficou tão empolgado que está topando a idéia.”

O professor da FAU referia-se à proposta de criar um processo de consulta *on line* à comunidade universitária, também defendida por Oliva no debate realizado na FFLCH

em 17/9, sob a argumentação de que “há uma maioria de docentes, servidores e estudantes muito interessados na universidade, mas que não se motivam a participar diretamente, seja de assembleias ou do movimento estudantil”. “Mas não por isso essas pessoas deveriam deixar de ser ouvidas”.

Terceirização

Ao responder a uma pergunta sobre como lidaria com a questão da terceirização dos serviços na universidade, Corbani afirmou que “não devemos fechar a porta aos serviços terceirizados de maneira definitiva”. Advertiu, porém, que a universidade precisa regular e fiscalizar adequadamente esse tipo de contratação.

Entendimento semelhante

tem Oliva, para quem é preciso analisar a questão “caso a caso”. “Precisamos olhar a particularidade de cada situação, e não achamos que palavras únicas são a resposta”, disse, rebatendo indiretamente as críticas ao processo de terceirização.

Sawaya disse ser possível contratar serviços especializados para finalidades bem determinadas, sem demitir funcionários próprios da USP e liberando-os para exercer suas tarefas de rotina.

Sonia Penin declarou que historicamente havia o entendimento de que a terceirização agilizaria a realização das atividades, mas “isso não ocorre”. Para ela, funcionários ligados diretamente à instituição e que se identifiquem com sua missão têm melhor qualidade de vida profissional.

Miraglia, por sua vez, defendeu a “reversão ou, pelo menos, a total parada do processo de terceirização”, uma vez que, na sua opinião, a universidade pública está contribuindo para a superexploração do trabalho.

Ensino à distância

Perguntado sobre se seria possível construir uma universidade como a USP caso seus docentes e pesquisadores tivessem sido formados por cursos à distância, Miraglia foi enfático em sua negativa: “A formação profissional exige contato humano, presencialidade”. Segundo ele, as novas tecnologias podem ser usadas pela universidade para fazer “programas culturais de alto nível voltados para a população em geral”, mas não para substituir a graduação.

Sawaya declarou-se favorável à Univesp como programa de financiamento do desenvolvimento do ensino à distância nas três estaduais paulistas, mas ponderou que “a USP só seria feita como ela foi feita”. De forma semelhante, Corbani afirmou que o que faz a USP é “seu ambiente e sua coletividade”, mas afirmou que o ensino à distância pode ser uma importante contribuição da universidade ao ensino de forma geral.

Sonia Penin defendeu que a USP pode, de forma experimental, dar o exemplo de como fazer ensino à distância com qualidade. “O limite da experiência é a qualidade”, disse ela.

Já Oliva frisou que o ensino à distância como está sendo proposto pela USP prevê 48% de carga horária presencial. “A separação entre presencial e à distância, no meu entendimento, tende a desaparecer”, afirmou. Segundo ele, os dois tipos de ensino enfrentam um mesmo desafio, que é a “falta de motivação” dos estudantes.

Expansão

Oliva defendeu que uma expansão do sistema de ensino superior paulista não deve passar necessariamente

por uma expansão da USP. “Minha visão para a Universidade de São Paulo não é de uma universidade de massa. Nesse contexto do sistema de ensino superior brasileiro, a universidade exerce um papel de formação de líderes e multiplicadores que alimentam o sistema inteiro”, assinalou. “O sistema sim necessita de expansão, e possivelmente de expansão pública, mas não necessariamente dentro da USP”.

Sonia Penin rebateu: “Uma universidade com mais de 80 mil alunos já é de massa”. “Mas, de qualquer forma, é possível aumentarmos e ao mesmo tempo melhorarmos a qualidade”. Ela propôs a otimização de recursos humanos e físicos da universidade como forma de realizar essa expansão. Também frisou a importância de uma política de aumento de vagas nas universidades federais do Estado e sugeriu a ampliação, na esfera estadual, do ensino tecnológico, mais barato do que o modelo da USP.

“Me preocupa muito a elitização da USP”, disse Sawaya. O candidato observou que a USP poderia ter um sistema de seleção específico para alunos do ensino médio público, de forma a ga-

rantir certa porcentagem de acesso a esses estudantes.

Para Miraglia, o papel da USP é defender um aumento de verbas para a educação que permita a ampliação do sistema. “A USP vai poder resolver isso sozinha? É claro que não. Mas vai precisar ampliar e muito o ensino superior público”, disse. “Só existe um jeito: medir a aplicação da educação

ativa em função do PIB. A proposta que está colocada é a USP como instituição defender que se chegue a 10% do PIB do estado de São Paulo”.

Corbani propõe um projeto de universidade “proativa, para que se atinjam níveis maiores dentro de um projeto estadual e nacional que possa caminhar nessa direção [da ampliação do acesso

ao ensino superior]”. Segundo ele, “nos últimos 10 anos, no Estado de São Paulo, houve um aumento de quase 50% no número de vagas no ensino superior”. “Não é possível caminhar dentro da universidade com uma implementação muito maior de vagas porque essa expansão não foi acompanhada de uma quantidade de recursos suficiente”.

2º Debate da Adusp

**13/10, terça-feira, às 17 horas,
no auditório do Instituto Oceanográfico**

TEMAS:

**estatuinte; estrutura de poder; financiamento; política salarial;
relacionamento com as entidades representativas.**

Eleição democrática para Reitor

**14 e 15/10, quarta e quinta-feira
Urnas nas unidades.**

DCE não participará de votação democrática para Reitor(a)

Em assembléia realizada em 1º/10, os estudantes da USP decidiram, por maioria, não participar do processo de votação promovido pela Adusp, denominado Eleição Democrática para Reitor(a). Além disso, aprovaram o boicote à eleição oficial — assim, os representantes discentes nas congregações, conselhos centrais e Conselho Universitário deixarão de votar — e deliberaram realizar atos públicos de protesto nas datas previstas para a realização

do primeiro e segundo turnos (20/10 e 10/11).

A assembléia apresentou-se dividida em quase todas as votações. Uma proposta de eleições diretas para Reitor, por exemplo, como um dos eixos do movimento, foi a voto quatro vezes, porque os contrários a ela não aceitavam a decisão da mesa de proclamar a vitória por contraste visual. Realizada a contagem na quarta votação, a proposta venceu por 89 votos a 62.

O professor João Zanetic, presidente da Adusp, compa-

receu à assembléia para defender a proposta da entidade. Ele explicou que, embora a Adusp não reconheça a legitimidade da forma de sucessão na Reitoria, e tenha sempre defendido “eleições diretas, paritárias, que terminem na universidade no caso do Reitor e nas unidades para os diretores, sem lista tríplice”, considera importante explorar as contradições do processo oficial, o que a levou a organizar a Eleição Democrática prevista para 14 e 15/10.

Para Zanetic, boicotar as eleições oficiais não implica necessariamente negar o processo organizado pela Adusp: “Não entendemos que o boicote seja contraditório com a Votação Democrática, pelo contrário”. Esta, aliás, foi precisamente a posição da APG, que boicotará a eleição oficial, mas participará da Votação Democrática.

O professor Francisco de Oliveira esteve na assembléia para explicar sua condição de anticandidato.

Proliferação de “regimes disciplinares”?

Depois da tentativa da Escola de Educação Física e Esporte (EEFE) de instaurar processo disciplinar com a finalidade declarada de expulsar nada menos do que sete alunos da graduação (*Informativo Adusp* 283), outras unidades juntam-se à sanha punitiva: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), de Piracicaba, instituiu um “Regime Disciplinar do Corpo Discente”, ao passo que as diferentes unidades do campus de Ribeirão Preto notificaram cerca de 150 alunos, acusados de cometer “deliberado ato de indisciplina” (“evento com presença de bebidas alcoólicas e mídia eletrônica”) e sujeitos “à aplicação da pena de repreensão capitulada no artigo 249 do Decreto 52.906 de 27 de março de 1972, antigo Regimento da Universidade de São Paulo”.

A Congregação da Esalq aprovou, em 27/8/2009, o “Regime Disciplinar” proposto por sua Comissão de Legislação e Recursos (CLR) em 6/8/2009. O “Regime Disciplinar” visa, segundo o artigo 1º, “assegurar, manter e preservar os princípios morais, a ordem, o zelo, o decoro e a obediência legal, imprescindíveis a todas as atividades universitárias e à convivência ética (*sic*) entre docentes, alunos e funcionários da Esalq”.

Entre as infrações disciplinares arroladas no “Regime Disciplinar”, constam “perturbar os trabalhos acadêmicos bem como o funcionamento da administração da Esalq” e “incitar, promover ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares, obstruir ou impedir o livre trânsito de membros da comunidade”. A direção da Esalq tenta, assim, coibir greves estudantis (eufemisticamente designadas pela expressão “ausência coletiva”), sem

preocupar-se com o detalhe de que legalmente a unidade não pode criar semelhante “regime”.

“A Esalq está extrapolando sua competência”, afirma o professor Demóstenes Filho, diretor regional da Adusp, que entregou à direção da escola um parecer da advogada Lara Lorena, do departamento jurídico da entidade, o qual aponta a inconsistência da decisão de 27/8. “Existe uma isonomia entre os alunos da USP, que devem ser tratados da mesma maneira”, completa o professor, lembrando que não pode haver regime diferenciado em nenhuma das unidades.

Na reunião de setembro da Congregação, por pressão dos estudantes chegou-se a um acordo mediante o qual o “Regime Disciplinar” foi suspenso, devendo ser substituído por uma “política de convivência”, a ser norteadada pela preocupação de evitar o trote violento. O *Informativo Adusp* procurou o professor Antonio Dechen, diretor da Esalq, mas ele se encontrava em um evento e não entrou em contato até o fechamento desta edição.

Conflito em RP

No campus de Ribeirão Preto, explodiu um conflito entre gestores e estudantes, cuja causa imediata é também um código disciplinar:

as “Normativas sobre a realização de eventos sociais e festivos no campus da USP de Ribeirão Preto”, aprovadas pelo Conselho Gestor do Campus em 19/8/2009. No entender dos alunos, as “Normativas” impedem a realização de qualquer festa, com ou sem bebida, além de colocar os centros acadêmicos na condição de fiscais da conduta dos estudantes, o que consideram inaceitável.

“Pedimos esclarecimentos sobre o que queria dizer ‘festa universitária’. O coordenador do campus me disse que qualquer tipo de confraternização estava proibido”, relata Leandro Rosa, aluno de Psicologia e membro do centro acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-RP). No seu entender, as “Normativas” do Conselho Gestor envolvem as lideranças estudantis na repressão às festas: “Os centros acadêmicos teriam que ‘dedar’ os alunos; as atividades dos centros acadêmicos podem ser suspensas pelo diretor”.

No dia 2/9, os estudantes reagiram, com o propósito assumido de contestar as novas normas: “Diante disso, resolvemos fazer uma festa como um ato político, para despertar as pessoas quanto ao que estava acontecendo”, diz Rosa. No decorrer da festa, realizada em dependências da FFCL-RP, cerca de 300

alunos assinaram um abaixo-assinado de repúdio às “Normativas”.

Agentes da Guarda Universitária compareceram ao local, ameaçaram chamar a Polícia Militar, e, como os estudantes se recusassem a encerrar a festa, pediram o nome dos responsáveis. Os estudantes então forneceram várias listas de nomes, que constituíam parte do abaixo-assinado, num total aproximado de 150 assinaturas. “O restante das listas entregamos uma semana depois, no Conselho Gestor”, acrescenta Rosa.

Tom policial

A resposta dos diretores de unidades ao ato de rebelião dos estudantes foi emitir notificações a cada um dos alunos que assinaram o documento, fixando prazo de 15 dias para “apresentação de defesa”. Redigida em tom policial, a notificação informa que a festa de 2/9 foi registrada no boletim de ocorrência 309 da Guarda Universitária (“ilustrado com fotografias”) e que o aluno notificado, além de manifestar repúdio às “Normativas”, “confessando (*sic*) inclusive ser um dos responsáveis pela organização e realização do referido evento, configurando, dessa forma, um deliberado ato de indisciplina”, está sujeito portanto à aplicação

da pena de repreensão prevista no Regimento de 1972, “em vigor por força do disposto no artigo 4º das Disposições Transitórias do Regimento Geral da USP”.

O diretor da FFCL-RP, professor Sebastião de Sousa Almeida, declarou ao *Informativo Adusp* que, assim como as “Normativas” foram aprovadas pelo Conselho Gestor, a decisão de enviar as notificações foi acordada pelos diretores das diversas unidades do campus, cabendo a cada diretor enviá-las aos alunos dos respectivos cursos. A decisão sobre eventuais punições também será tomada “de comum acordo” por todos os diretores: “Vamos ver a defesa”, disse.

Na visão de Almeida, como as “Normativas” previam a proibição e os alunos deliberadamente a afrontaram, não há por que espantar-se com as notificações: “Os estudantes disseram: ‘Fizemos uma festa com bebida’. O ato foi realizado, a consequência efetivou-se”. Além disso, alega que as festas estão proibidas desde a época das prefeituras do campus, ou seja, antes da implementação da coordenadoria. “O que o coordenador fez foi o seguinte: ‘A festa está proibida, então vamos normatizar’”.

Segundo o diretor, em 2007 os estudantes firmaram com o Ministério Público Estadual um termo de ajustamento de conduta (TAC) que proíbe a realização no campus de quaisquer festas “com barulho, som e bebidas alcoólicas”, para evitar transtornos para os pacientes do Hospital das Clínicas, bem como para as atividades da própria USP e os moradores do entorno. Ele também citou a lei estadual, de 2009, que proíbe o porte e a armazenagem de bebidas alcoólicas nas escolas.

OPINIÃO DA ADUSP

Preocupante autoritarismo

Em face dos graves acontecimentos aqui sumariados, a diretoria da Adusp manifesta sua preocupação com a proliferação, nas unidades da USP, de “regimes disciplinares” policiarescos. Não se admite que, no momento mesmo em que a questão da democracia na USP ganha as páginas dos jornais, diretores de unidades exibam um crescente autoritarismo nos campi da universidade. A diretoria da Adusp continuará atenta à escalada de agressões à convivência democrática.